



CTB



35
anos
defendendo
nossas
bandeiras.

Foto: Karen Viscardi



Especial 35 Anos

Uma história em defesa do servidor público

Páginas 3 a 10

IPE Saúde

Página 19

Eleições Sintergrs

Página 27

EDITORIAL

Foto: Carlos Marcedo



Antonio Augusto Medeiros
Diretor-presidente do Sintergs

Encerramos esta gestão com a certeza de que participamos ativamente da luta contra o desmonte dos serviços públicos. E com a consciência de que ainda há muito a se fazer para barrar retrocessos e corrigir injustiças, como o pagamento das dez horas dos servidores da saúde e a gratificação para os da pesquisa agropecuária, bem como avançar na reestruturação das carreiras.

Em 2022 e 2023, intensificamos a luta contra o desmonte do IPE Saúde solidário. Fomos incansáveis e marcamos presença em todos os atos para tentar barrar a perda de direitos. Apesar do alerta dos sindicatos sobre as consequências da alteração da alíquota, infelizmente o projeto foi aprovado na Assembleia Legislativa.

A luta contra a taxa de aposentados, aprovada há quatro anos, segue. Além do processo em tramitação no STF, na arena jurídica existe uma articulação junto à Frente dos Servidores Públicos do RS (FSP) para reverter este e outros retrocessos

Lutas que protagonizamos

por meio de um projeto de iniciativa popular. Assim, fortalecemos a unidade e a atuação conjunta com outros sindicatos que integram a FSP.

Em 2021, consolidamos o projeto de reestruturação das carreiras e apresentamos ao governo do Estado. Após diversas reuniões, a equipe técnica da SPGG chegou a emitir parecer positivo, reconhecendo a importância da proposta do sindicato. De lá para cá, o projeto andou, mas infelizmente ainda não foi encaminhado à Casa Civil.

Ainda em 2021, enfrentamos a PEC 32 da Reforma Administrativa de Bolsonaro. A proposta previa a precarização das relações de trabalho e a extinção das políticas de bem-estar social, abrindo espaço para o fim dos serviços públicos e dos direitos sociais fundamentais previstos na Constituição. Naquele ano, o Sintergs marcou presença em mobilizações contra o projeto em Porto Alegre e Brasília. Após pressão dos sindicatos, a PEC 32 saiu da pauta do Congresso.

A gestão 2020/2023 começou com uma das maiores greves do fun-

cionalismo estadual contra o parcelamento e o atraso dos salários, que se arrastavam desde o governo Sartori, e contra o confisco do salário dos aposentados. A mobilização também ocorreu pela falta de reposição salarial desde 2014 e contra o pacote da morte de Eduardo Leite. Aprovada pela Assembleia Legislativa, a “reforma administrativa” retirou direitos dos servidores ativos e inativos.

Os desafios da pandemia de coronavírus também marcaram o primeiro ano de gestão. Os servidores tiveram de batalhar por condições dignas de trabalho. Cobramos direitos básicos, como a disponibilização de álcool gel e máscaras para trabalho, no caso dos que desempenham atividades essenciais, e pela possibilidade de home office para colegas com comorbidades. Muitos atuaram na linha de frente, garantindo atendimento à população em saúde e alimentação.

Estes foram alguns dos desafios que enfrentamos. Concluímos a gestão, mas seguiremos na luta em defesa dos servidores e dos serviços públicos do RS. ■

ESPECIAL 35 ANOS

Sintergs foi criado no mesmo ano da Constituição de 1988

O Sindicato dos Servidores de Nível Superior do Poder Executivo do Rio Grande do Sul (Sintergs) foi criado logo após a promulgação da Constituição Cidadã, marco da redemocratização no Brasil pós-ditadura. A Constituição de 1988 fortaleceu as relações coletivas de trabalho e a liberdade de organização, que foi estendida aos servidores públicos.

“A Carta Magna liberou a criação de sindicatos por servidores públicos”, lembra o presidente do Sintergs, Antonio Augusto Medeiros. Foi um período marcado pela renovação do movimento sindical. “A categoria passou a ser mais respeitada”, recorda o aposentado Fanfa Fagundes Barboza, ex-presidente do sindicato. “O Sintergs foi um dos primeiros sindicatos de servidores do Brasil”, salienta. A Constituição Cidadã foi promulgada em 5 de outubro de 1988 e o Sintergs fundado no mês seguinte, em 30 de novembro.

Antes, os trabalhadores do setor público até já se organizavam, mas eram perseguidos e mandados embora, conta o economista Carlos Pereira, que participa do movimento sindical desde a década de 1980. “Era uma guerra. A Consti-

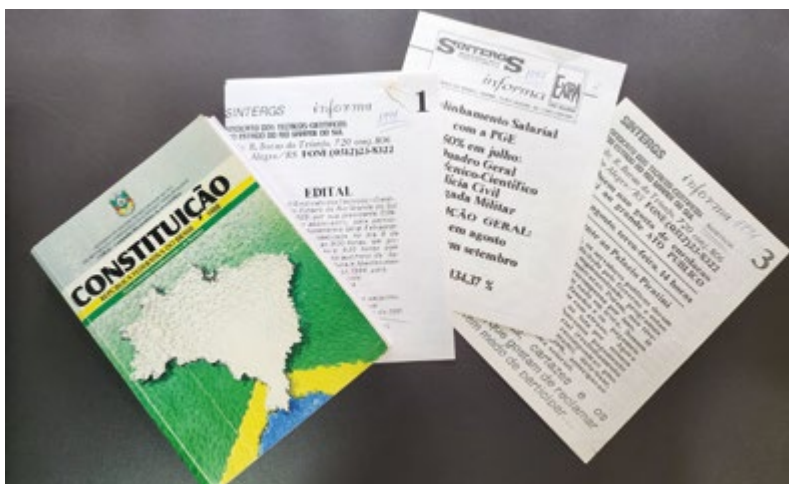


Foto: Bruna Karpinski

Carta Magna fortaleceu as relações coletivas de trabalho

tuição liberou e abriu espaço para o desconto em folha da contribuição, foi uma tremenda organização”, relembra Pereira. “Era um momento de euforia. A Constituição foi a consolidação da democracia”, diz o economista, que foi dirigente da antiga Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB).

Passados 35 anos desde a sua promulgação, a Constituição ainda não pode ser considerada uma obra acabada. Apesar de ser voltada aos trabalhadores e à distribuição de renda, há dezenas de dispositivos que não foram regulamentados. No caso dos servidores públicos, a pendência mais relevante é o direito à negociação salarial. “O servidor sempre está em defasagem em

relação à inflação”, afirma Pereira sobre a dificuldade de avançar na regulamentação da data-base. “É uma forma de reduzir o salário, e a Constituição proíbe redução de salário”, reforça.

“É uma luta muito grande e difícil. É uma luta que tem que ser incessante, tem que ter astúcia e estratégia”, afirma Fanfa. Para Medeiros, o futuro do sindicato tem relação direta com o futuro dos serviços públicos. “A atividade sindical é o único meio de defender e garantir os direitos dos servidores, ainda mais considerando os sucessivos governos neoliberais que terceirizam e privatizam as atividades que deveriam ser desempenhadas por servidores públicos”, alerta o dirigente.

ESPECIAL 35 ANOS

Reivindicações da época se mantêm atuais

Os primeiros informativos do Sintergs mostram que, na época, a reposição salarial, o preenchimento de cargos vacantes, a isonomia salarial e a data-base já estavam na pauta de reivindicações. A luta contra atrasos nos pagamentos e contra o aumento da alíquota do IPE Saúde também estavam entre as reivindicações, assim como a redução do desconto previdenciário para aposentados. Editorial publicado em jornal interno de 1990 já mencionava a revolta dos funcionários públicos pela desvalorização de seu trabalho.

Dez anos mais tarde, ocorreu a luta pelo cumprimento da Lei Britto, criada em razão de um reajuste salarial que não se efetivou. O não cumprimento da legislação deu origem a boa parte da dívida bilionária do Estado em precatórios. O Sintergs foi pioneiro ao ser a primeira entidade a entrar na Justiça, em 1998, para fazer valer a lei. Milhares de servidores tinham direito a receber o pagamento dos



FOTO: Bruna Karpinski

Luta dos servidores de nível superior do Executivo começou em 1960

aumentos salariais após o governo Antônio Britto (1995-1998) suspender os reajustes definidos pela lei estadual.

Fanfa Fagundes Barboza, ex-presidente do Sintergs, lembra que na época o sindicato tinha cerca de 1.500 associados. A ação coletiva dizia que so-

mente servidores sindicalizados seriam beneficiados, o que fez o número de sindicalizados crescer. Em um ano e meio, o Sintergs chegou a 5.000 associados. A vitória veio quase uma década depois, quando o Estado começou a pagar o que devia. Muitos ainda têm valores a receber.

Sindicato nasceu da União dos Servidores Públicos do RS (Utergs)

O Sintergs tem 35 anos de existência, mas a história de luta dos servidores de nível superior do Poder Executivo começou muito antes, em 1960, quando foi criada a União dos Técnicos-Científicos do Estado do Rio Grande do Sul (Utergs). A entidade atuou em defesa dos servidores, até ser fundado o Sin-

tergs, inicialmente denominado Sindicato dos Técnicos-Científicos do RS.

A deliberação ocorreu em 30 de novembro de 1988, em Assembleia Geral da categoria realizada no auditório da Secretaria da Agricultura. Os servidores presentes decidiram pela fundação do Sintergs, que já havia sido recomendada pelo

Conselho Deliberativo da Utergs. Na ocasião, foi aprovada a criação do sindicato, o estatuto e o valor da mensalidade.

O Sintergs foi criado para resgatar o reconhecimento e a valorização dos servidores, lutar pelo cumprimento das leis, organizar e tornar a categoria mais forte e unida, conforme constam nos registros.

Valorização para fomentar as políticas públicas na Cultura

O historiador Igor Lopes, de Porto Alegre, ingressou no Estado há pouco mais de um ano. Desde julho de 2022, atua como analista em assuntos culturais no departamento de Fomento da Secretaria da Cultura (Sedac). Assim que assumiu a função, buscou informações com os colegas, soube do projeto de reestruturação das carreiras e se associou ao Sintergs.

O enfraquecimento das relações de trabalho, as políticas de retirada dos direitos e as votações contra os servidores motivaram Igor a sindicalizar-se.

“Acho importante a participação no sindicato porque fortalece a categoria. Individualmente ninguém vai conseguir nada”, ressalta o servidor. O analista destaca ainda a importância de contar com a experiência de pessoas que já estão na luta há mais tempo.

“Os servidores públicos são fundamentais na construção e na execução das políticas públicas”, avalia o historiador. Igor cita a estabilidade e a permanência no cargo como essenciais para identificar as demandas da sociedade. “A va-

lorização do servidor é importante, tanto em aspectos financeiros quanto de capacitação e condições de trabalho, pois é dessa forma que se consegue entregar serviço de qualidade ao cidadão”, complementa.

Considerando que as gestões mudam a cada quatro anos, Igor pontua a grande relevância do quadro de servidores efetivos para a realização de trabalhos a longo prazo. “Quando um governo acaba, são os servidores que dão continuidade aos serviços e fazem parte da transição para uma nova gestão”, lembra.



Foto: Arquivo pessoal

Retirada de direitos contribuiu para a sindicalização de Igor Lopes

ESPECIAL 35 ANOS

Comprometimento com a saúde única na Seapi

Da pesquisa agropecuária à fiscalização, os servidores da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação (Seapi) têm papel fundamental para a saúde única: humana, animal e ambiental. Atuam no desenvolvimento e produção de tecnologias, como vacinas, na prevenção de doenças e pragas e na fiscalização de produtos de origem animal e vegetal.

Uma das maiores conquistas para a pecuária estadual, o reconhecimento do Rio Grande do Sul como área livre de aftosa sem vacinação, é exemplo do trabalho de décadas. O próprio Instituto de Pesquisas Veterinárias Desidério Finamor, fundado há 75 anos, nasceu a partir de uma grande demanda por pesquisa e produção de vacinas contra a febre aftosa. De lá para cá, os analistas de projetos e políticas públicas seguem à frente das políticas do setor agropecuário.

Uma das atribuições é a Atividade de Mitigação de Risco (AMR). No caso da febre aftosa, será realizado um levantamento sobre práticas de biossegurança utilizadas pelos produtores. Com a amostragem a ser coletada pelos servidores da Seapi em 5,8 mil produtores, o objetivo é chegar a um nível de confiança de 95%.

“Realizamos atividades a campo, acompanhamos o carregamento de bovinos e ovinos, revisamos e contamos rebanho e prestamos orientações. Tudo isso trabalhando em parceria com o produtor, de forma que, em caso de incidência de doenças, ele não tenha receio de relatar”, detalha o fiscal estadual agropecuário Emanuel Pereira Boeira, que atua na Inspeção de Defesa Agropecuária (IDA) de São Vicente do Sul.

Outra tarefa realizada pelos servidores é a ação de vigilância ativa contra influenza aviária. Equipes se deslocam para locais de incidência da doença



Foto: Arquivo pessoal

Emanuel Boeira (à direita) atua na fiscalização agropecuária

e recolhem aves silvestres para análise. Também alertam produtores e explicam sobre a influenza. Médico veterinário com especialização em Inspeção, Tecnologia e Vigilância Sanitária de Alimentos, Boeira destaca que todas essas atividades, de coleta das informações, tabulação dos dados, análise e divulgação dos resultados são incumbência dos servidores de carreira.

“O servidor de carreira permite que se realize um trabalho contínuo de análise dos dados para a criação de políticas públicas voltadas para os setores que realmente importam, reduzindo a chance de desperdício de recursos públicos”, afirma Boeira. Ao mesmo tempo, o fiscal que ingressou no Estado em 2014 relata que a falta de reposição salarial desestimula a permanência de muitos servidores e que os problemas de gestão prejudicam a realização do trabalho.

Selo para agroflorestas é resultado do trabalho de servidores da Sema

O lançamento do selo de certificação dos produtos oriundos de manejo agroflorestal no Rio Grande do Sul, em agosto deste ano, evidencia a importância dos servidores estaduais na formulação e execução de políticas públicas. Concedido pela Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura (Sema), o selo serve como uma marca de reconhecimento sobre boas práticas ambientais certificadas.

De acordo com a analista ambiental da Sema, Clara Weber Liberato, os servidores de carreira, junto a outras instituições, como universidades, organizações não governamentais, cooperativas e associações de produtores, foram essenciais para a regularização de práticas ambientalmente positivas, como é o caso dos Sistemas Agroflorestais e Extrativismo Sustentável. A regularização veio por meio do procedimento de certificação, inédito no país.

Os produtores rurais e comunidades tradicionais trabalham de forma respaldada perante a legislação ambiental, fortalecendo as relações e cadeias socioambientais que contemplam todo o processo: manejo, beneficiamento e comercialização de produtos. “O selo também foi oriundo de tensionamento dos próprios analistas da Sema, idealizado, confeccionado e aprovado com apoio financeiro do



Foto: Arquivo pessoal

Clara Liberato destaca que o Estado deve incentivar a permanência do servidor

CNPq”, detalha Clara, que trabalhou no desenvolvimento do projeto junto com outros colegas da secretaria.

O lançamento do selo ocorreu seis anos após a Certificação Agroflorestal e Extrativista da Sema receber o reconhecimento no Prêmio Nacional de Agrobiodiversidade, em 2017, a principal premiação em agrobiodiversidade no País. A distinção é resultado da atuação articulada da Certificação da SEMA com os projetos Rota dos Butiazais, da Embrapa, e Cadeia Solidária das Frutas Nativas e Territórios Rurais, da Rede Ecovida e PGDR/UFRGS, entre outras instituições. “As ações vêm sendo conduzidas no Estado em estreita inter-relação, visando o estímulo à agro-

ecologia e à conservação socioambiental e cultural do Estado”, afirma a analista, que é bióloga e mestre em Biologia Animal.

Clara destaca a importância de o Estado manter e incentivar a permanência do servidor para a elaboração e execução de serviços essenciais à população. “O sucateamento do serviço público e desvalorização dos servidores, especialmente na área ambiental, ficam mais evidentes frente aos eventos climáticos extremos, cada vez com maior frequência e magnitude”. De acordo com a servidora que ingressou no Estado em 2009, a Sema tem um qualificado corpo técnico, capaz de discutir e ampliar propostas para melhorar o atual cenário ambiental do Estado.

ESPECIAL 35 ANOS

Quatro décadas de contribuição à saúde pública

A bióloga Marilda Mar da Rosa entrou no Estado em 1979, como auxiliar de saúde do antigo Instituto de Pesquisas Biológicas (IPB), atual Laboratório Central de Saúde Pública do Rio Grande do Sul (Lacen). Especialista em Saúde Pública com mestrado em Epidemiologia, a profissional fez o concurso de 1994. Quatro anos mais tarde, foi nomeada para o cargo de especialista em saúde. “Minha trajetória dentro do Lacen sempre foi laboratório”, conta.

Após formada, em 1986, Marilda passou a trabalhar na Seção de Produção de Vacina Contra Raiva Humana – o IPB fazia parte de programa do Ministério da Saúde. Na década de 1990, a servidora passou a ser responsável pela Recepção e Coleta de amostras. Em 2008, passou a trabalhar na Genotipagem HIV, também integrada ao programa do ministério. Em 2014, começou a atuar na Virologia em PCR para Vírus Respiratórios e, no início de 2020, em PCR para Covid. Seis meses depois, Marilda se aposentou após 41 anos de contribuição e dedicação ao serviço público.

Antes de se tornar Lacen, o IPB foi denominado Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde (FEPPS). “Tudo que se faz na Secretaria da Saúde, principalmente dentro do laboratório, é de suma importância

para a população, para a vida das pessoas e para as políticas públicas em saúde”, diz Marilda sobre a relevância do trabalho dos servidores.

A bióloga aposentada recorda que se associou ao Sintergs logo após ser nomeada no concurso. “O sindicato é muito importante para dar um apoio, como no caso dos precatórios da Lei Britto. O sindicato abriu as portas para todos. O Sintergs também tem um papel importante nas reivindicações do funcionalismo, que cada vez mais têm ficado no esquecimento das gerências públicas”, lamenta Marilda.



Marilda da Rosa ingressou como auxiliar e fez concurso para especialista em saúde

Foto: Arquivo pessoal



Trajeto de trabalho da servidora foi dentro do LACEN

Foto: Divulgação SES

Analistas da SOP projetam de escolas a presídios

Ao passar por uma escola de tijolo à vista com telha de cerâmica em diferentes rincões do Rio Grande do Sul, você está diante de um prédio escolar elaborado por arquitetos e engenheiros da Secretaria de Obras Públicas do Estado (SOP). O arquiteto aposentado Odir Baccarin, ex-diretor da SOP, lembra quando foi lançado o Programa Nova Escola, em 1987. Os prédios foram projetados com materiais de maior durabilidade e de fácil manutenção. Além disso, são modulares, podendo ser ampliados conforme a necessidade. “Toda a pesquisa e a tecnologia usadas no projeto foram desenvolvidas dentro da Secretaria de Obras”, explica, orgulhoso, Baccarin.

O modelo de escola é resultado de um trabalho de parceria entre as secretarias de Obras e de Educação, que também resultou no programa padrão de escola infantil, o Casa da Criança, em parceria com os municípios. Ainda na área da Educação, foi instituído o Nenhum Município sem Ginásio, onde foram entregues em torno de 250 ginásios em localidades que não contavam com este tipo de equipamento. As estruturas eram construídas nos terrenos das escolas e abertas para a comunidade.

“A Secretaria de Obras fomentou e sempre esteve na vanguarda do desenvolvimento do Estado”,

afirma. Baccarin cita que a Superintendência de Desenvolvimento Urbano (Surban) da SOP participava da elaboração dos planos diretores municipais. “A gestão política foi enxugando e tirando atribuições”, lamenta. O arquiteto exemplifica que a Surban formatou, em conjunto com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o plano de desenvolvimento urbano de São Miguel das Missões, que consolidou o sítio arqueológico.

Na área de gestão, os analistas desenvolveram melhorias nos processos internos. Um dos exemplos foi o Programa de Gestão de Processos (PGP), que funcionou do ano 2003 a 2015, quando, também por iniciativa dos técnicos, foi substituído pelo Sistema de Gestão de Obras (SGO). Na área de segurança pública, os servidores da SOP foram responsáveis pelos projetos de penitenciárias modulares, atuando em parceria com os técnicos da Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe). “Fizemos a primeira penitenciária modulada do País”, detalha Baccarin. O padrão em blocos também foi elaborado de forma a ser ampliado, sem descaracterizar o projeto e segue até hoje como modelo.

A busca por melhorias no setor público esbarra em um problema que atravessa governos:



Foto: Karen Viscardi

Desenvolvimento de tecnologias por servidores é motivo de orgulho para Odir Baccarin

a descontinuidade dos projetos. Se os recursos são poucos e não há continuidade de processos, a sociedade perde, alerta Baccarin. Entre os exemplos, o analista cita a suspensão do Programa de Necessidade de Obras, que funcionaria como um cadastro de obras em prédios públicos e que poderia ser replicado para todas as secretarias do Estado. “Isso reforça que o fato de a escola estar caindo e não ter vaga em presídio não é culpa do servidor público. Se fossem demandados, certamente esses problemas não ocorreriam. Mas vão se acumulando por anos e, em um determinado momento, não tem dinheiro nem pessoal técnico qualificado suficiente para sanar esse problema represado”, lamenta Baccarin.

ESPECIAL 35 ANOS

Redução da efetividade das políticas públicas passa pelo enfraquecimento da SPGG

Responsável pela visão sistêmica dos diferentes setores da estrutura pública, a Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG) vem perdendo suas funções de coordenação de governo e de implementação das políticas de Estado. “A secretaria deveria voltar a se aproximar das articulações de governo, porque isso que dá efetividade para o trabalho”, avalia Marcio Teixeira, analista de planejamento, orçamento e gestão.

Na época em que o servidor ingressou no Estado, em 2006, a pasta tinha uma capacidade maior de coordenação, explicitada pelo nome: Secretaria de Coordenação e Planejamento. Hoje, quando ocorre um problema como as enchentes, é tratado de forma quase isolada por diferentes secretarias ou em grupos de trabalho formados às pressas e para esta finalidade. “Juntar essas peças e fazer funcionar é um dos papéis do Planejamento. É um órgão não finalístico no sentido de não se envolver com nenhuma política pública em específico, mas é responsável pela visão sistêmica dos diferentes atores”, complementa o servidor.

Entre as atividades, os analistas de planejamento, orçamento e gestão, junto com colegas de



Foto: Arquivo pessoal

Papel de coordenação da secretaria deveria ser reforçada, considera Marcio Teixeira

outras carreiras, são responsáveis pela elaboração do Plano Plurianual (PPA) e pela proposta orçamentária, instrumentos fundamentais de transparência e que precisam ser aprimorados. “O governo não valoriza como deveria o PPA e o orçamento e isso está relacionado ao esvaziamento do Estado”, considera o bacharel em Filosofia. A gestão de projetos estratégicos também é executada pelos servidores, assim como o monitoramento dos repasses federais para o Rio Grande do Sul e a coordenação da captação de recursos externos.

Teixeira considera que o trabalho de servidores concursados garante a sustentabilidade intergovernamental dos projetos e das políticas públicas e assegura que nas trocas de governo sejam resguardadas a memória e a aprendizagem institucional. “Só pode aprender se tem memória, só pode melhorar se aprende. Entregamos agilidade e qualificação nas respostas, o que não ocorreria se não houvesse o servidor de carreira”, afirma. Para o analista, a escassa coordenação que o governo tem se deve fundamentalmente aos processos de planejamento liderados pela SPGG.

REESTRUTURAÇÃO

Sintergs avança na reestruturação e pagamento das dez horas da Saúde

Apresentado em junho de 2021 pelo Sintergs, o projeto de reestruturação das carreiras finalmente deve avançar. Foi o que sinalizaram interlocutores do governo do Estado em diferentes reuniões ao longo de 2023. No encontro que ocorreu em novembro, dirigentes do Sintergs estiveram com o secretário-chefe da Casa Civil, Artur Lemos, para tratar sobre o pagamento das dez horas dos servidores da Saúde e também sobre a reestruturação das carreiras.

O presidente do Sintergs, Antonio Augusto Meeiros, e a diretora Angela Antunes falaram a Artur Lemos sobre a preocupação com o colapso das políticas públicas. Os dirigentes explicaram que, em razão da falta de valorização dos servidores, o Estado está perdendo sua capacidade de enfrentar crises. Ressaltaram, ainda, a angústia dos colegas devido às perdas salariais dos últimos dez anos, mas

também em razão da falta de um plano de carreira.

Artur Lemos, que tinha em mãos os documentos que mostram o impacto financeiro das dez horas dos especialistas em saúde, garantiu que os dois projetos estão no escopo das discussões do governo para quando o Estado sair do limite prudencial. O próximo relatório quadrimestral de indicadores fiscais será divulgado em 31 de janeiro de 2024. O ajuste das dez horas também recebeu parecer favorável da titular da Fazenda, Pricilla Maria Santana.

“Assim, dada a relevância do tema, esta Secretaria da Fazenda manifesta-se favoravelmente ao prosseguimento da Minuta de Projeto de Lei para alteração da Lei Estadual nº 13.417/2010, condicionando o envio do Projeto de Lei à Assembleia Legislativa ao momento em que o Poder Executivo retornar ao limite prudencial estabelecido no Art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal”, diz o parecer.



Foto: Bruna Karpinski

Reunião de dirigentes do sindicato com chefe da Casa Civil, Artur Lemos

2º PRÊMIO SINTERGS DE JORNALISMO

Jornalistas e estudantes de onze veículos são agraciados

Reportagens e fotografias de jornalistas da imprensa tradicional e independente foram reconhecidas pelo 2º Prêmio Sintergs de Jornalismo. Repórteres da Agência Pública, Brasil de Fato RS, Zero Hora, Rádio Gaúcha e Revista Sextante, da UFRGS, celebraram o primeiro lugar nas categorias On-line, Fotografia, Impresso, Eletrônico e Estudante, respectivamente. Ao todo, foram agraciados jornalistas e estudantes de onze veículos. Os vencedores do concurso foram revelados em evento realizado no dia 14 de dezembro, na sede do sindicato.

"Os premiados desta noite são exemplos de jornalismo de qualidade, de jornalismo que faz a diferença, de jornalismo que transforma a realidade. São profissionais que merecem o nosso respeito, a nossa admiração e o nosso aplauso", disse Valdir Bandeira Fiorentin, diretor de Comunicação do Sintergs, durante a cerimônia. O dirigente falou sobre a sensação de dever

cumprido do atual mandato e desejou sucesso para a gestão que assume o sindicato em janeiro.

Diretora do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do RS (Sindjors), Viviane Finkielstejn, agradeceu a oportunidade de participar da entrega do 2º Prêmio Sintergs e ressaltou que, assim como os servidores públicos, a categoria vem sofrendo assédio e agressões. "Nos últimos quatro anos, fomos atacados moral e fisicamente, mas não podemos nos abater. Em tempos de *fake news*, nosso trabalho se torna cada vez mais importante. Nosso ofício é informar com qualidade", disse a sindicalista.

"Estou bem emocionada porque este prêmio significa muita coisa para mim. Fiquei muito tempo longe da reportagem e voltei a fazer esse ano. A gente precisa fazer muito jornalismo, a gente precisa fazer muitas perguntas, tem muita coisa para ser explicada por aí. E esse sindicato ter oportunizado

esse momento é uma coisa que a gente precisa valorizar muito. E estamos em um momento que a gente precisa valorizar as coisas boas", disse a jornalista Sílvia Franz Marcuzzo, 1º lugar na categoria On-line.

Avaliação

O concurso é chancelado pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do RS (Sindjors), pela Associação Riograndense de Imprensa (ARI) e pela Associação dos Repórteres Fotográficos e Cinematográficos do RS (Arforc-RS), que integram a comissão julgadora. Também fazem parte do grupo um jornalista de referência no mercado, um jornalista servidor associado ao sindicato, representante da assessoria de comunicação do Sintergs e da diretoria de Comunicação do sindicato.

Foto: Carlos Macedo



Conheça os vencedores do



2º Prêmio Sintergs de Jornalismo

CATEGORIA ON-LINE

1º lugar | **Silvia Franz Marcuzzo**

Agência Pública
Governo do Rio Grande do Sul
engavetou planos para lidar com mudanças climáticas

2º lugar | **Luís Eduardo Tebaldi Gomes**

Sul21
Em 8 anos de congelamento salarial, incentivos fiscais aumentaram 71,6% no RS

3º lugar | **Cleber Dioni Tentardini**

Jornal JÁ
*Travessia de Viamão (3):
"Temos que conciliar uso com preservação", diz gestora da APA do Banhado Grandearde no Estado*

CATEGORIA IMPRESSO

1º lugar | **Paulo Egídio**

Zero Hora
Vidas sob o acúmulo dos consignados

2º lugar | **Mauren Xavier, Karina Reif e Simone Schmidt**

Correio do Povo - caderno + Domingo
Impacto no serviço público

3º lugar | **Carlos Rollsing Braga**

Zero Hora
O que defendem os críticos da reforma do IPE Saúde

CATEGORIA FOTOGRAFIA

1º lugar | **Jorge Leão**

Brasil de Fato RS
Olhar do abandono

2º lugar | **Alencar Fabrício da Rosa**

Gazeta do Sul, de Santa Cruz do Sul
Voo à liberdade

3º lugar | **Jonathan Heckler**

GZH
Corpo de Bombeiros controla incêndio no litoral

CATEGORIA ELETRÔNICO

1º lugar | **Cid Martins e Kathlyn Moreira**

Rádio Gaúcha
Crimes Ambientais - O Preço da Multa Não Paga

2º lugar | **Eduardo Matos**

Rádio Gaúcha
Saúde em risco: desarticulado esquema de venda de próteses ortopédicas vencidas

3º lugar | **Cristine Ribeiro Gallisa**

RBS TV
Assembleia do RS aprova aumento salarial para governador e deputados

CATEGORIA ESTUDANTE*

1º lugar | **Flávia Simões**

Revista Sextante, da UFRGS
Profissão: encontrar respostas

2º lugar | **Leticia Menezes Pasuch**

Correio do Povo - Caderno de Sábado
Perfil: Mônica tem a atenção para a sétima arte no Estado

*Na categoria Estudante, somente dois trabalhos atenderam as exigências do regulamento.

ARTIGO

Foto: Carlos Macedo



Joanes Rosa
Diretor 2º Secretário

Houve um tempo em que o funcionário público, na sua maioria, mesmo que às duras penas, conseguia viver com certa dignidade, com os vencimentos que recebia. Comprava os alimentos, roupas para si e seus filhos, pagava as prestações do BNH ou comprava um terreno e, aos poucos, ia adquirindo o material para construir uma casa modesta.

Aqui, na Província de São Pedro não era diferente, embora o histórico de privilégio de determinadas carreiras, que persiste até hoje, não foram submetidas às agruras do sacrifício da sobrevivência. Desnecessário, mas justo, rememorar que as carreiras jurídicas e fazendárias, que sempre ocuparam o topo da pirâmide salarial, não passaram por estas situações a que a maioria dos servidores foram submetidas.

Em seu memorável romance, Os Ratos, Dyonélio Machado

Nos tornamos Naziazeno

(Quaraí, 21 de agosto de 1895 – Porto Alegre, 19 de junho de 1985) nos conta o drama de Naziazeno, um funcionário que sendo cobrado de uma dívida para com o leiteiro, sob pena de ter suspensa a entrega diária do leite, se submete a uma série de constrangimentos e peripécias no intuito de conseguir dinheiro para saldar a dívida. Assim estamos nós, vivenciando, na carne, a humilhação e o desespero a que Naziazeno foi exposto, resultado dos períodos de vencimentos atrasados e com uma defasagem salarial que ultrapassa os 50%. O grau de penúria a que foram submetidos os servidores públicos do Estado do Rio Grande do Sul, famoso por suas “façanhas”, causaria pena ao próprio Naziazeno.

Hoje, nossos colegas sobrevivem de empréstimos, um verdadeiro Tártaro, (lugar mitológico, o mundo dos mortos, tão distante da superfície da terra quanto o céu em que se jogasse nele uma bigorna, levaria nove

dias e nove noites para chegar ao fundo) junto às instituições de crédito, principalmente junto ao Banrisul, com o seu contracheque estrangulado e a trágica perspectiva de ter algum bem, que ainda resta, penhorado. Os dois últimos governadores: o do “parole” zombava da nossa desgraça, o que não é a característica do “bom moço” que do alto da sua empáfia alega que está impossibilitado de corrigir nossos vencimentos tendo em vista a proibição imposta pela legislação e o escudo do limite prudencial. O certo é que entre o bem mais precioso que é a vida, amparado pela própria Constituição da República Federativa do Brasil, esses carrascos optaram pela guilhotina da superficial e cruel interpretação da legislação.

Parabéns governadores! Vocês superaram o Dyonélio Machado e construíram milhares de personagens tão ou mais miseráveis que o Naziazeno! ■

ISENÇÕES FISCAIS

Governo do Estado concedeu R\$ 82 bilhões em benefícios a empresas

Estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) mostra que o Estado deixou de pagar mais de R\$ 7 bilhões aos servidores entre 2015 e 2022, período em que o funcionalismo não recebeu a reposição da inflação. O argumento do governo é que não pode ultrapassar o limite prudencial. Em contrapartida, neste mesmo espaço de tempo, Eduardo Leite concedeu R\$ 82 bilhões em isenções fiscais a empresas, valor sem correção e quase doze vezes superior ao da reposição salarial para os servidores estaduais.

“Os servidores estão sufocados”, afirma a economista Anelise Manganelli, do Dieese, ressaltando que o rigor cobrado pelo governo em relação ao



Foto: Bruna Karpinski

Seminário apresentou dados da renúncia fiscal estadual

cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal não é o mesmo das renúncias fiscais. Os dados foram apresentados no seminário Os Mitos da Austeridade Fiscal: perspectiva

nacional e gaúcha, realizado em agosto, no hotel Ritter, em Porto Alegre. O evento foi promovido pela Frente dos Servidores Públicos do Rio Grande do Sul (FSP/RS).

Isenção para empresas com trabalho análogo à escravidão

A “bolsa empresário” concedida pelo governo do Estado beneficia vinícolas gaúchas envolvidas no flagrante de trabalho análogo à escravidão. No início de 2023, cerca de 200 trabalhadores terceirizados foram resgatados de alojamento em Bento Gonçalves. Segundo levantamento feito pelo Dieese, duas das três empresas envolvidas receberam R\$ 134,55 milhões em isenções entre 2015

e 2023 por meio da adesão ao Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul (Fundopem).

No mesmo período em que o governo do Estado não concedeu reajuste aos servidores públicos, a Garibaldi teve benefício fiscal de R\$ 28,21 milhões. Já a Aurora teve isenção de R\$ 106,34 milhões.

Anelise critica a ausência de iniciativas para a redução de

futuras renúncias. “O Regime de Recuperação Fiscal adotado pelo governo do Estado prevê a redução das renúncias em pelo menos 20%. Mas Eduardo Leite não está aplicando nenhuma medida neste sentido, muito pelo contrário. As renúncias continuam a crescer acima da inflação”, diz Anelise. Conforme o Dieese, entre 2015 e 2022, o governo do Estado ampliou em 71% as isenções a empresas.

ARTIGO

Foto: Carlos Macedo



Valdir Fiorentin
Diretor de Comunicação

A comunicação sindical é uma ferramenta essencial para a organização, mobilização e conscientização dos trabalhadores sobre seus direitos e deveres, bem como para a divulgação das lutas e conquistas do movimento sindical. Em um cenário de desvalorização dos trabalhadores, promovido pelos últimos governos ultraliberais, a comunicação sindical se torna ainda mais relevante.

Nos últimos dez anos, os trabalhadores públicos sofreram ataques e estiveram constantemente defendendo os poucos direitos que ainda têm. Foram anos de luta e resistência. A extrema direita mostrou sua cara: fomento ao individualismo, preconceito explícito, políticas armamentistas, genocídio indígena, negacionismo científico e apoio a guerras. Neste contexto, o sindicalismo e a comunicação sindical foram importantes ferramentas de resistência.

Comunicação como estratégia de fortalecimento do sindicato e resistência

O Sintergs promoveu diversas iniciativas de longo prazo para a consolidação de políticas progressistas, como a criação da Fundação Nhandé Kuri. Trata-se de espaço para qualificação do servidor público, que tem como propósito a formação político-sindical, o desenvolvimento humano inclusivo e continuado, a produção de conhecimento para atuação na realidade social em que estes trabalhadores estão inseridos e a formação voltada ao cumprimento das funções de Estado. A Fundação Nhandé Kuri é um exemplo de como a gestão 2020-2023 do Sintergs buscou ampliar o diálogo e a cooperação entre os servidores, as entidades sindicais, as instituições públicas e a sociedade civil.

Outra iniciativa é o Prêmio Sintergs de Jornalismo, que reconhece trabalhos jornalísticos e veículos de imprensa que contribuem para mostrar à sociedade a relevância do trabalho dos servidores públicos do Poder Executivo do Estado. O concur-

so é uma forma de incentivar a produção de conteúdo de qualidade sobre o serviço público e de fortalecer a relação entre o sindicato e a imprensa.

Além dessas iniciativas, a gestão do presidente Antônio Augusto se empenhou em aprofundar as relações intersindicais e com a sociedade. E é por isso que o sindicato fortaleceu a participação na Frente dos Servidores Públicos do Rio Grande do Sul (FSP), que reúne mais de vinte entidades do serviço público estadual. A FSP atua em defesa dos direitos dos trabalhadores e na resistência aos ataques do governo.

A comunicação sindical é uma estratégia fundamental para o fortalecimento do sindicato e da categoria, para a construção de uma imagem positiva do serviço público e para a promoção de uma sociedade mais justa, democrática e solidária. Como servidor público e sindicalista, tenho orgulho em fazer parte dessa história e convido a todos a se engajarem nessa missão. ■

DIA DO SERVIDOR

Sintergs cobra reestruturação e valorização



Imagem: Agência Bongô

Na semana de comemoração do Dia do Servidor Público, em 28 de outubro, o Sintergs lançou nova fase da campanha pela reestruturação das carreiras de analistas de políticas públicas, especialistas em saúde e extranumerários, por reposição salarial e pela valorização dos servidores. Foram 20 pontos de outdoors, distribuídos nos municípios de Porto Alegre, Pelotas, Caxias do Sul, Santa Maria, Passo Fundo, Cachoeira do Sul e Ijuí.

Para a ação, foram desenvolvidas cinco diferentes artes: uma para cobrar a reestruturação das carreiras e outras quatro com as demandas específicas de servidores das secretarias. Na Saúde, o sindicato denunciou que trabalhar 40 horas e receber apenas 30 horas semanais é ilegal. Na Secretaria da Agricultura, o sindicato exigia a concessão de gratificação para os pesquisadores e a valorização dos

fiscais estaduais agropecuários. Já para arquitetos e engenheiros, atuantes em várias pastas do Executivo, o Sintergs cobrou a revisão das gratificações pela responsabilidade técnica pelos projetos.

Além dos outdoors, o sindicato publicou as peças nas redes sociais e mantém até o final de janeiro de 2024 uma campanha na Rádio Gaúcha. Os spots começaram a ser veiculados no final de julho, no programa Gaúcha Atualidade. O conteúdo faz um alerta para a sociedade sobre o sucateamento dos serviços públicos no Rio Grande do Sul e a situação salarial dos trabalhadores do Estado.

A pressão via campanhas pela reestruturação das carreiras se mantém mesmo após a sinalização da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG) de que o projeto irá avançar a partir do início de 2024.

FRENTE DOS SERVIDORES PÚBLICOS

FSP protocolou emenda para recomposição salarial em 2024

Foto: Caco Argemi/CPERS



Texto foi assinado pelos presidentes da CTB/RS e CUT/RS

A Frente dos Servidores Públicos do RS (FSP), da qual o Sintergs faz parte desde a sua criação, protocolou em outubro uma proposta de emenda ao texto do Projeto de Lei Orçamentária 2024. As entidades que representam os servidores exigem reposição de pelo menos 20,05% para ativos, inativos e pensionistas para recompor as perdas salariais das categorias, que já chegam a quase 60%.

“Depois de quase uma década com os seus salários congelados, com esparsos e insuficientes reajustes, é imperioso que os servidores tenham suas remunerações minimamente reajustadas de modo a recuperar parte das perdas inflacionárias,

sobretudo em momento que as receitas estaduais demonstram recuperação em face de uma retomada do cenário macroeconômico do País”, argumentam os sindicatos na justificativa da emenda.

A emenda foi assinada pelos presidentes da CTB/RS e CUT/RS. As duas centrais sindicais representam a maioria do funcionalismo. Enviado pelo governo Eduardo Leite (PSDB) à Assembleia, o Projeto de Lei Orçamentária 2024 não prevê reajuste para o funcionalismo no próximo ano. Para recuperar as perdas inflacionárias desde o último reajuste, concedido em 2014, seria necessária a reposição de 60,45%, já descontada a revisão geral anual de 6% concedida em 2022.

Funcionalismo pressionou pela retirada do PLC 259 do IPE Saúde

Servidores públicos estaduais pressionaram os deputados e o governo do Estado pela retirada do projeto de lei complementar (PLC) 259, que aumentou a contribuição e a taxa de dependentes do IPE Saúde. Durante os meses de maio e de junho de 2023, a Frente dos Servidores Públicos (FSP) e o Sintergs participaram de reuniões com parlamentares e audiências públicas na Capital e em municípios da Região Metropolitana, Litoral Norte, Serra, Sul, Vale do Rio Pardo e do Taquari.

Em Porto Alegre, o Teatro Dante Barone da Assembleia Legislativa ficou lotado por representantes de sindicatos e associações de diversas categorias do funcionalismo. “Nossa luta é por dignidade e por sobrevivência. São 30 mil servidores que ganham completo no salário, são 30 mil servidores que não têm recursos para se alimentar”, disse Antonio Augusto Medeiros, presidente do Sintergs, em sua manifestação durante a audiência na Capital.

No Interior, uma série de reuniões foram organizadas pelos sindicatos da FSP, como em Canoas, Caxias do Sul, Estrela, Gravataí, Guaíba e Santa Cruz do Sul. Em Pelotas, a Câmara de Vereadores ficou lotada. Além do Sintergs, outras dez entidades sindicais participaram das atividades representando os servidores das diversas áreas do Executivo e Judiciário.



Foto: Bruna Karpinski



Foto: Caco Argemi/Divulgação Cpers



Foto: Thayse Ribeiro/Cpers



Foto: Wagner Bomfim

Sindicatos e associações que formam a FSP se mobilizaram contra projeto

IPE

Aumento de alíquota expulsa usuários do sistema

O primeiro mês após o aumento de alíquotas do IPE Saúde já começou a provocar uma debandada de usuários. Conforme reportagem do Jornal do Almoço veiculada em novembro, havia filas no instituto para solicitação de desligamentos de titulares e/ou de dependentes. A mensalidade ficou impraticável para aposentados e servidores que recebem os mais baixos salários.

“O governador Eduardo Leite e os deputados que votaram a favor do aumento de alíquotas tinham ciência dessa consequência. Simplesmente decidiram decretar a morte do sistema de saúde do Rio Grande do Sul”, afirma Antonio Augusto Medeiros, presidente do Sintergs.

Desde que o governo apresentou o projeto, em abril de 2023, o sindicato e as demais entidades que integram a Frente dos Servidores Públicos (FSP)



Foto: Reprodução RBS TV

Sindicatos alertaram para as dificuldades de quem ganha pouco

realizaram reuniões com deputados, atos com participação da base e audiências públicas. O Sintergs e a FSP reforçaram que a solução para equacionar as contas do IPE Saúde era a reposição salarial e o pagamento da dívida do Estado com o instituto.

Em matéria do sindicato publicada em junho, o presidente do Sintergs adiantava o que se vê hoje. “É uma proposta que invia-

biliza a permanência dos servidores no IPE Saúde. Se esta mudança for aprovada, irá provocar uma saída em massa, aumentando o déficit atuarial e sobrecarregando o SUS”, disse Medeiros.

Também em junho, o sindicato lançou um simulador de contribuição do IPE Saúde. A ferramenta serviu para que servidores e pensionistas pudessem calcular o novo valor.

Sindicato elabora modelos de recursos para pedidos indeferidos na SES para conversão

Os processos administrativos relacionados à conversão do tempo especial para fins de aposentadoria voltaram a tramitar no IPE Prev no último trimestre de 2023. Porém, muitos servidores tiveram seus pedidos indeferidos, especialmente os traba-

lhadores vinculados à Secretaria Estadual de Saúde (SES).

Norma do IPE Prev prevê a possibilidade de recurso contra o parecer da Perícia Previdenciária Única (PPU), no prazo de dez dias, contados da data em que o servidor tomou ciência

da decisão. Considerando o prazo exíguo para a contestação, o sindicato elaborou dois modelos de recursos. Para ter acesso, entre em contato com a assessoria jurídica do Sintergs pelo e-mail cjuridico@sintergs.com.br ou pelo telefone (51) 3025-0011.

REPRESENTATIVIDADE

Diretora do Sintergs é empossada no Conselho de Administração do IPE Prev

Os indicados pela União Gaúcha em Defesa da Previdência Social e Saúde Pública foram empossados no dia 2 de agosto no Conselho de Administração do IPE Prev, que conta com 12 representantes. A cerimônia ocorreu quase um ano após terem sido designados pelo colegiado, formado por mais de 20 entidades representativas dos servidores públicos estaduais. O auditor fiscal da Secretaria da Fazenda Ari Lovera é o novo titular do conselho, tendo como

suplente a diretora do Sintergs de Assuntos Previdenciários e Saúde, Raquel Fiori.

Para ocorrer a nomeação, representantes da União Gaúcha tiveram de alertar a administração do instituto durante audiência pública sobre o IPE Saúde, que ocorreu em junho na Assembleia Legislativa. “Seremos representantes dos servidores públicos no IPE Prev e vamos trabalhar pelo interesse dos segurados, com transparência na tomada de decisões estratégicas. Atua-



Foto: Givânia Banker

Raquel Fiori representa o sindicato

remos na deliberação de processos administrativos, como por exemplo, os benefícios previdenciários”, exemplifica Raquel.

Conselho Estadual dos Direitos da Mulher fará diagnóstico de políticas públicas

O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM) lançou em outubro um formulário de diagnóstico de políticas públicas para mulheres no Rio Grande do Sul. Durante reunião realizada na sede do Sintergs, em Porto Alegre, foi apresentada ainda a rede de 13 universidades e três institutos federais que participam do projeto. O encontro do CEDM contou com a participação de mais de 50 mulheres.

O objetivo do levantamento do CEDM é saber como estão as políticas públicas para as mulheres no Estado. A intenção é verificar quais municípios têm Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM), Delegacia da Mulher, sala liliás, casa de acolhimento, legis-



Foto: Denise Argemi

CEDM atua no combate à discriminação de gênero

lação de combate à violência contra a mulher, entre outras iniciativas.

“Após quatro anos em que o Conselho estava parado, estamos nos esforçando para termos este diagnóstico das políticas e promover a rearticulação do movimento em todas as regiões do Estado para alcançarmos mais

políticas, conquistarmos mais recursos e transformarmos a vida das mulheres”, afirma Fabiane Dutra, presidenta do CEDM. A diretora do Sintergs Angela Antunes, que representa a Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil (CTB/RS) no conselho, também participou do evento.

ARTIGO

Foto: Carlos Macedo



Raquel Fiori
*Diretora de Assuntos
Previdenciários e Saúde*

A luta pela justiça social é um tema de extrema importância na sociedade contemporânea. Dentre as iniciativas que promovem a busca por equidade, destaca-se a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 555/2006. A aprovação da PEC terá impactos significativos na vida dos aposentados, ao propor a extinção da contribuição previdenciária dos servidores públicos aposentados que recebem proventos acima do teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

No entanto, a PEC ainda está em tramitação no Congresso Nacional e não foi aprovada até o momento. Mas traz-se uma nova proposta a ser pensada à PEC 555, que poderá facilitar a tramitação e a sua aprovação, de forma a superar este quadro constitucional adverso e extremamente perverso:

“...I - não será exigida na hipótese da aposentadoria do titular se o respectivo for decorrente

A luta pela justiça social: PEC 555/2006 e seus impactos na vida dos aposentados

de incapacidade permanente para o trabalho;

II - não será exigida na hipótese de o titular do benefício de aposentadoria, na forma da lei, for portador de doença incapacitante;

III - terá o seu valor reduzido em um décimo a cada ano, a partir da data em que o titular do benefício atingir sessenta e seis anos de idade, se homem, e sessenta e três anos de idade, se mulher;

IV - deixará de ser exigida, em qualquer hipótese, quando o titular do benefício de aposentadoria ou pensão por morte atingir setenta e cinco anos de idade.”

O Sintergs, consciente de seu compromisso com a valorização dos trabalhadores ao longo de toda a sua trajetória profissional, inclusive na fase da aposentadoria, apoia e contribui para a construção deste tema equitativo de carga tributária e inclusivo aos aposentados. Nosso Sindicato desempenha um papel ativo para evitar a exclusão social e a marginalização dessa parcela da população, garantindo que eles sejam tratados de forma

justa e igualitária, com seus direitos e necessidades devidamente reconhecidos e atendidos.

Diante desse contexto, é fundamental promover um debate amplo e democrático sobre a PEC e seus impactos na vida dos aposentados. Somente assim será possível encontrar soluções que conciliem a busca pela justiça social com a sustentabilidade do sistema previdenciário.

Quando um aposentado sofre sobretaxação e não tem dinheiro suficiente para pagar suas contas e adquirir bens de consumo no país, há consequências negativas tanto para o indivíduo quanto para a economia como um todo. É fundamental que esta solução garanta uma aposentadoria digna e justa para os idosos, evitando a sobretaxação excessiva e promovendo políticas que assegurem o bem-estar financeiro dos aposentados. Isso não apenas beneficia os indivíduos diretamente afetados, mas também contribui para uma economia mais equilibrada e sustentável. ■

DESTAQUES

Servidora da extinta Fepagro integra a lista 100 Mulheres Doutoras do Agro, da Forbes

A servidora pública Andréia Mara Rotta de Oliveira, pesquisadora da extinta Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro), está na lista 100 Mulheres Doutoras do Agro, da revista Forbes. Doutora em fitotecnia, a bióloga atua no departamento de Diagnóstico e Pesquisa Agropecuária da Secretaria da Agricultura (Seapi). O ranking foi divulgado em 15 de outubro, Dia Internacional da Mulher Rural.

“Fiquei bem surpresa e, ao mesmo tempo, contente, porque é um reconhecimento do trabalho do departamento, especialmente neste período tão crítico para a pesquisa e para a ciência e pelas dificuldades que viemos enfrentando

após o fechamento da Fepagro”, comenta Andréia. Na avaliação da servidora, a menção na lista da Forbes também projeta o trabalho da pesquisa gaúcha para o País.

A bióloga ingressou no Estado em 2012, quatro anos antes da Fepagro ser extinta, no final de 2016. “A identidade do pesquisador se perdeu, pois agora estamos estão diluídos na Seapi”, lamenta a servidora, lembrando que a maioria dos estados brasileiros tem uma fundação de pesquisa agropecuária como havia no Rio Grande do Sul.

Presidente do Sintergs, Antonio Augusto Medeiros pontua que este reconhecimento evidencia o grande equívoco do governo



Foto: Fernando Dias/Seapi

Andréia de Oliveira destacou a premiação em um período crítico para a pesquisa

do Estado ao extinguir a Fepagro e outras estruturas há sete anos. “Além de contribuir para o fortalecimento do setor agropecuário no Estado, a Fepagro era uma instituição fundamental no processo de desenvolvimento do Rio Grande do Sul”, lembra o dirigente.

Assembleia instala Frente Parlamentar em Defesa das Unidades de Conservação do RS

A Frente Parlamentar em Defesa das Unidades de Conservação do Rio Grande do Sul foi instalada em agosto, na Assembleia Legislativa. Estão sendo realizadas visitas às Unidades de Conservação (UCs) para elaboração de diagnóstico. A presidência do colegiado é do deputado Jeferson Fernandes (PT), que anunciou as iniciativas iniciais. A criação da Frente tem o apoio do Sintergs, que participou da cerimônia, representada pelo presidente, Antonio Augusto Medeiros, e pela diretora Angela Antunes de Souza.

“O número de Unidades de Conservação é extremamente baixo, são apenas 24 estaduais”, explica



Foto: Karen Viscardi / Sintergs

Pablo Pereira alerta que apenas 2,7% do Estado é preservado

o presidente da Associação dos Servidores da Secretaria do Meio Ambiente do Estado (Assema-RS), Pablo Pereira. O percentual do Rio Grande do Sul é de 2,7% do território, incluindo as áreas federal, estadual e municipais. O índice está muito abaixo dos

17% recomendados por organismos internacionais. O presidente da Assema-RS ressalta ainda a falta de servidores. Em agosto, eram 52 guardas-parques e 33 analistas ambientais, número muito aquém do necessário para garantir a manutenção das áreas.

ARTIGO

Foto: Carlos Macedo



Ângela Antunes
Diretora 1ª Secretária

No Brasil, as mulheres ocupam 55% das vagas no funcionalismo municipal, estadual e federal. Entre os servidores de nível superior do RS, representamos mais de 60% da base do Sintergs. A busca por uma carreira por meio de concurso, proporciona estabilidade e acesso ao trabalho sem discriminação de gênero, principalmente relacionada à maternidade, fatores que resultam na grande participação de mulheres.

No entanto, desafios se apresentam para as mães (e pais) servidoras, como o auxílio e/ou acesso à creche e a redução da jornada para acompanhamento de filho com deficiência ou com Transtorno de Espectro do Autismo (TEA). O governo do Estado vinha desrespeitando este direito à redução de carga horária. O descaso e a demora na análise dos processos e perícias, com atrasos de mais de um ano, tratava-se de um descumprimento à legislação, uma

Por um Estado com mais acolhimento

violação aos direitos das famílias e também ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Em 2022, o Supremo Tribunal Federal decidiu por unanimidade pelo direito à redução da jornada, sem redução de vencimentos, com equivalência entre servidores de diferentes esferas. Além disso, em duas decisões recentes, turmas do Tribunal Superior do Trabalho garantiram o direito à redução da carga horária a profissionais de saúde que têm crianças diagnosticadas com TEA.

Nos últimos meses, após ações e denúncias do Sintergs, a Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão fez uma força-tarefa e todos os processos foram despachados, concedendo o direito à redução de jornada para estas mães e pais, sem prejuízo dos vencimentos.

No entanto, chamou a atenção que a Secretaria Estadual da Saúde (SES) não adotou o mesmo procedimento. Ao contrário, criou uma avaliação adicional, causando demora maior nas análises dos

processos e sofrimento adicional as famílias. Isso ocorreu justamente na secretaria responsável pelo programa TEAcolhe, que tem o objetivo de implementar a Política de Atendimento Integrado à Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo no Estado.

Para garantia deste direito foi necessário que o Sintergs, notificasse o Estado, entrasse com um mandado de segurança, fizesse denúncias na Promotoria de Infância e Juventude e nas Ouvidorias da Casa Civil e do SUS, o que seria desnecessário se o Estado simplesmente cumprisse a lei e o seu dever.

É dever do Estado promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo dos direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade.

As mães e pais servidores públicos foram vitoriosos, assim como toda a coletividade do Sintergs. Uma vitória que se deu pela organização e pela unidade. ■

DIREITOS

Pressão do Sintergs faz Estado cumprir lei que reduz horário de servidor com filho com deficiência

Após pressão do Sintergs, a Procuradoria Geral do Estado (PGE) reconheceu o direito de redução de jornada sem prejuízo no salário a servidores da Secretaria Estadual da Saúde (SES) responsáveis por pessoas com deficiência, incluindo Transtorno de Espectro do Autismo (TEA). A partir de consulta da SES, o parecer da PGE divulgado em

dezembro de 2023 confirmou a determinação do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o tema.

A vitória veio após longo processo liderado pelo Sintergs, que reuniu mães e pais para buscar uma solução. Primeiro, por meio de ofícios pedindo providências. Sem respostas, o sindicato ingressou com um mandado de segurança contra o Estado e fez

denúncia junto à Promotoria de Infância e Juventude. “Este reconhecimento é resultado do trabalho do Sintergs e também da articulação dessas mães servidoras com a diretoria. É uma vitória do conjunto da categoria e as próximas mães e pais não irão passar pela mesma situação”, comemora Angela Antunes de Souza, diretora do sindicato.

Avança autorização de empréstimo do BID para precatórios

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda aprovou o pedido de empréstimo solicitado pelo governo do Rio Grande do Sul junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para pagamentos de precatórios conciliados pela Justiça. A operação de US\$ 500 milhões foi autorizada em outubro pelo BID, conforme adiantou o Sintergs.

“Estamos acompanhando atentamente essa situação e cobrando do governo para que efetue os pagamentos de precatórios negociados com deságio de 40% e também os preferenciais, que

contemplam muitos aposentados”, afirma Antonio Augusto Medeiros, presidente do sindicato.

O pedido passa por votação no Senado, já que a União é fiadora da operação. Somente depois o contrato de empréstimo poderá ser assinado pelo BID e governo gaúcho. Segundo a Secretaria

Estadual da Fazenda (Sefaz), a expectativa é que a operação seja concluída nos próximos meses. Conforme noticiado na imprensa, o Estado tem R\$ 16,9 bilhões em débitos com pessoas físicas e jurídicas que precisam ser quitados até 2029.

Justiça dá vitória aos servidores da Saúde na incorporação de dedicação exclusiva

A Justiça deu vitória ao Sintergs em ação coletiva, concedendo a incorporação integral do adicional de dedicação exclusiva aos especialistas em saúde que possuam direito à inativação com proventos integrais. Ainda cabe recurso da sentença do juiz da 5ª Vara da Fazenda Pública do Foro

Central, concedida em agosto. “A decisão é um indicativo de reconhecimento do direito à incorporação da gratificação dos servidores da Saúde”, comemora o presidente do Sintergs, Antonio Augusto Medeiros.

Para ter direito à incorporação da gratificação de forma integral, os servidores devem ter

ingressado no serviço público até 31 de dezembro de 2003, recebido o adicional por pelo menos cinco anos consecutivos ou dez intercalados até 17/02/20, data de vigência da Lei Complementar Estadual nº 15.450/2020, e recebendo o adicional de dedicação exclusiva no momento da aposentadoria.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Sintergs promoveu ações para apoiar servidores do Vale do Taquari

O Sintergs promoveu uma campanha de arrecadação para ajudar os servidores estaduais que moram no Vale do Taquari e trabalhadores terceirizados do serviço público. O sindicato angariou recursos para atender as pessoas que perderam casas ou estavam em situação de risco.

“Diante da catástrofe, reforçamos a importância da solidariedade com os colegas que perderam tudo nesta tragédia”, diz Antonio Augusto Medeiros, presidente do Sintergs. A campanha do sindicato foi lançada no início de setembro, logo após um ciclone extratropical causar chuva histórica no Estado, causando catástrofe socioambiental no Vale do Taquari.



Foto: Rodrigo Ziebel / GYG

Sindicato angariou recursos

Sindicato arrecada doações para ajudar afetados pelas enchentes

Foto: Éder Pereira



Ação foi coordenada pelo Conselho Estadual de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra

O Sintergs e o Emaús Porto Alegre, movimento da juventude que se reúne na Igreja Nossa Senhora do Líbano, se juntaram para comprar e arrecadar doações para comunidades quilombolas atingidas pelas enchentes: Sabugueiro, de General Câmara, Unidos do Lajeado, de Lajeado, Cruzeiro do Sul, de Encantado, e São Roque, de Arroio do Meio. Os donativos incluíram alimentos, roupas de cama e artigos de higiene e foram entregues em setembro.

“O apoio a estas comunidades

levou em consideração que são territórios de grande vulnerabilidade social, que muitas vezes têm dificuldade de acessar algumas políticas públicas”, explica Angela Antunes de Souza, diretora do Sintergs. A dirigente conta que associados que atuam junto a estas comunidades entraram em contato com o sindicato, formando uma rede de apoio, com participação de outras instituições. A ação foi coordenada pelo Conselho Estadual de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra (Codene).

Biblioteca Comunitária Raio de Luz recebe donativos

Foto: Karen Viscardi



Espaço foi inaugurado na quadra da Fidalgos e Aristocratas

O Sintergs doou uma televisão para a Biblioteca Comunitária Raio de Luz, localizada na sede da Sociedade Recreativa Beneficente Cultural Fidalgos e Aristocratas, em Porto Alegre. O espaço foi inaugurado na quadra da escola de samba em julho. A data foi escolhida para coincidir com o mês em que se comemora o lançamento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

“O ECA sustenta tudo, inclusive a criação da bibliote-

ca, que é uma ação de política pública. Queremos que as crianças, os adolescentes e as famílias conheçam o estatuto e se reconheçam como cidadãos”, comenta a assistente social Susane Beatris dos Santos Souza.

O objetivo é promover oficinas para mulheres nas áreas de assistência social, saúde e educação. A biblioteca busca apoio para qualificar o espaço. Mais informações na página do Instagram: @biblioraiodeluz

GESTÃO 2024-2027

Chapa 1 vence eleição do Sintergs

A Chapa 1 venceu a eleição do Sintergs e vai comandar o sindicato na gestão 2024-2027. Recebeu 762 votos, o equivalente a 59,76% dos votos válidos. A Chapa 2 fez 513 votos, 40,23% do total. Foram ainda computados oito votos nulos e seis brancos, totalizando 1.289 eleitores. A contagem dos votos foi encerrada em 24 de novembro, na sede do sindicato.

O presidente eleito, Nelcir André Varnier, agradeceu o apoio e ressaltou que tem muito trabalho pela frente. "Temos de retomar nossas pautas e tentar amenizar os danos e as perdas que estamos tendo",



Foto: Angelo Varnier

Diretoria eleita em novembro assumirá o sindicato em janeiro de 2024

declarou no vídeo que gravou para os associados. Varnier creditou o resultado ao trabalho

de toda a chapa. "Todos pegaram junto, cada um ajudou da sua forma", afirmou.

DIRETORIA E NÚCLEOS

Diretor Presidente:
Nelcir André Varnier

Diretor 1º Vice Presidente:
Danilo Luiz Chiaradia Krause

Diretora 2º Vice Presidente:
Priscila da Silva Lunardelli

Diretora 1º Secretária:
Fernanda Cardoso Franco

Diretor 2º Secretário:
Humberto Periolo

Diretor Financeiro:
Francisco Menegat

Diretor Financeiro Adjunto:
Guilherme Toniolo

Diretora Comunicação:
Ana Lúcia Touguinha Weidle

Diretora Setorial, de Assuntos Funcionais e Qualificação Técnica:
Nádia Regina Silveira Pacheco

Diretor de Política Salarial :
José Alberto Silveira

Diretora de Assuntos Regionais e Setoriais:
Maria Aparecida Ferreira Frozza

Diretor de Assuntos Previdenciários e Saúde:
Sylío Alfredo Petzhold

SUPLENTE DIRETORIA EXECUTIVA

Márcia Werklehr Paganotto Lopes
Harvey da Graça Fernandes Neto
Cristina Beleza Ribeiro
Lenora Horn Scheider
Elci Rosa Paim
Marco Túlio de Albuquerque
Álvaro Luiz Saboia Antunes
Maria Lúcia Hamilton Mendes

SUPLENTE DIRETORIA PREVIDÊNCIA E SAÚDE

Nilceu Teófilo Luiz da Silva
Nelson Gomes Bertoldo

CONSELHO FISCAL

Daniel Lima Gonzaga
Sandra Denise Arruda Cunha
Mirta da Silva Lorangeira

SUPLENTE CONSELHO FISCAL

Sérgio Affonso Araujo de Oliveira
Augusto Cesar da Cunha
Beatriz Marques Ourique

NÚCLEO DOS APOSENTADOS

Diretor Pedro Alberto:
Armani Martins
Vice-Diretor:
Rubem Campos Vasconcellos

SUPLENTE NÚCLEO DOS APOSENTADOS

Maria Helena Saraiva Marques
Breno Ryba

O Sintergs é mais forte com você, e você é mais forte com o Sintergs.



Vamos mais longe quando caminhamos todos juntos.
Associe-se ao Sintergs!

Para se associar no SINTERGS, o servidor deverá fazer o download da FICHA DE INSCRIÇÃO no endereço <https://sintergs.org.br/cadastro>, preencher os dados (inclusive o "código de autenticidade" do mês atual, que são os 10 números na parte superior direita do seu contracheque).

Encaminhar a ficha assinada para o endereço: Rua José de Alencar, 1089 - Menino Deus - CEP: 90880-481 - Porto Alegre/RS. Os servidores residentes em Porto Alegre têm a opção de solicitar a busca da ficha já preenchida através do telefone 51 3025.0011.

Qual o valor da contribuição?

Conforme acordo coletivo deliberado em assembleia geral, o valor da contribuição sindical é de 1,3% do básico inicial do Analista letra A. (R\$ 3.572,24 x 1,3% = R\$ 46,44).

Quais as principais bandeiras?

O sindicato possui bandeiras históricas de trabalho em defesa dos Servidores Públicos. Dentre suas principais atuações está a luta pela Data-Base para os servidores e a reestruturação e modernização do Plano de Carreira, de forma a colocar os Analistas, Especialistas em Saúde e Extranumerário em um patamar salarial condizente com suas atribuições. Está também na essência da entidade, a luta pela Previdência Pública e pelo fortalecimento do IPE Saúde.

Direção SINTERGS (Gestão 2020/2023):

Antonio Augusto Rosa Medeiros - Diretor-Presidente

Elpídio Jacques de Borba - Diretor 1º Vice-Presidente

Danilo Luiz Krause - Diretor 2º Vice-Presidente

Angela Antunes de Souza - Diretora 1º Secretária

Joanes Machado da Rosa - Diretor 2º Secretário

Daniel Lima Gonzaga - Diretor Financeiro

Francisco Menegat - Diretor Financeiro Adjunto

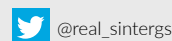
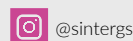
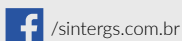
Guilherme Toniolo - Diretor de Política Salarial

Humberto Periolo - Diretor de Assuntos Funcionais e Qualificação Técnica

Valdir Bandeira Fiorentin - Diretor de Comunicação

Nelcir André Varnier - Diretor de Assuntos Regionais e Setoriais

Raquel Fiori - Diretora de Assuntos Previdenciários e Saúde



Rua José de Alencar, 1089 | CEP 90880-481 | Porto Alegre - RS
Fone: 51 3025.0011 | sintergs@sintergs.com.br

www.sintergs.org.br

Coordenação: Valdir Bandeira Fiorentin

Edição e Textos: Bruna Karpinski e Karen Viscardi

Projeto Gráfico e Diagramação: Agência Bongô

Tiragem: 7.000 exemplares